

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.721 - AL  
(2018/0295957-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : J M DA S (MENOR)**  
**AGRAVANTE : A C DE L**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

**J. M. da S. e A. C. de L.** agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** na Apelação Criminal n. 0700489-35.2016.8.02.0056.

Aos agravantes – representados pelo ato infracional análogo ao crime do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal – foram aplicadas medidas socioeducativas de internação por prazo não excedente a 3 anos, com reavaliação a cada 6 meses. O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

A defesa alegou a violação do art. 122, I, da Lei n. 8.069/1990. Pleiteou, em síntese, a fixação de medida menos gravosa.

O especial foi inadmitido em juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal local, às fls. 298-301, o que motivou a interposição desta impugnação.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 339-340, pelo conhecimento do agravo, para negar provimento ao recurso especial.

**Decido.**

**I. Medida socioeducativa de internação – legitimidade**

A defensoria alega a ausência dos requisitos necessários à aplicação da medida de internação aos menores. Aduz (fl. 207):

[...]

Não há nos autos qualquer elemento que corrobore com a medida aplicada na instância singela e ratificada no acórdão local, o fato de o ato infracional ter sido cometido com o uso de violência, por si só, não é fundamentação idônea, uma

vez que contraditório alegar que um delito de roubo fora cometido sem o uso de violência ou grave ameaça.

O Tribunal de origem consignou (fls. 187-189, grifei):

[...]

Conforme relatado na exordial acusatória, os adolescentes A. C. de L. E J. M. da S., ambos contando com 15 (quinze) anos de idade à época do fato, em 23/05/2016, teriam subtraído dinheiro e objetos de um estabelecimento comercial, utilizando-se de grave ameaça exercida com o uso de uma faca, tendo inclusive chegado **a colocar a arma branca no pescoço da funcionária do referido comércio, ameaçando matá-la.**

[...]

Adentrando na análise do mérito, imperioso destacar que, não obstante a internação ser considerada medida extrema, o caso dos autos traz situação que se amolda com exatidão às hipóteses taxativas disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente, senão vejamos:

[...]

Ora, o simples fato dos adolescentes apelantes serem primários não afasta a possibilidade da aplicação da medida de internação, especialmente **se considerarmos a agressividade da ação delituosa, na qual os adolescentes encostaram uma faca peixeira no pescoço da vítima.**

Com efeito, nunca é demais ressaltar que as medidas socioeducativas não buscam unicamente sancionar o adolescente em conflito com a lei. Ao revés, possuem caráter eminentemente pedagógico, viabilizando a reintegração do adolescente com a sociedade.

Desta forma, entendendo acertada a decisão do Magistrado singular que determinou a internação, não vislumbrando qualquer outra medida adequada ao intento de recuperar os jovens infratores.

Conforme assentado, os adolescentes praticaram ato infracional análogo a roubo mediante utilização de arma branca (faca tipo peixeira). A ação violenta implicou ameaçar de morte a vítima ao colocar a faca no pescoço dela.

A infração praticada pelos menores se amolda à hipótese do inciso I do art. 122 do ECA, pois cometido com violência e grave ameaça a pessoa. Assim, estão presentes os requisitos necessários à imposição da

medida socioeducativa de internação, visto que é adequada e proporcional à ação consumada.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ART. 122, INCISO I, DO ECA. LEGALIDADE. GRAVE AMEAÇA. **USO DE ARMA BRANCA**. CONCURSO DE PESSOAS.

1. A decisão agravada está em sintonia com a farta jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que 'a prática de ato infracional análogo ao crime de roubo circunstanciado, no qual o agente emprega violência ou grave ameaça à vítima, autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação, por enquadrar-se na previsão do art. 122, inciso I, da Lei n. 8.069/90, mormente quando destacada pelas instâncias de origem a gravidade concreta da conduta' (AgRg no HC n. 343.216/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 1º/2/2017)[...]

3. Agravo regimental desprovido (**AgInt no AREsp n. 1.468.363/SP**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 31/5/2019, destaquei)

Portanto, a Corte de origem decidiu a questão em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, razão pela qual o acórdão deve ser mantido integralmente.

## **II. Dispositivo**

À vista do exposto, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator